

Os custos das mudanças energéticas¹

Pedro de Camargo Neto²

A decisão em tese está tomada. Precisamos reduzir a utilização dos combustíveis fósseis, com suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, caminhando para novas fontes de energia limpa. As alternativas ainda são poucas.

Energia nuclear, meio esquecida, retoma seu espaço em alguns países. Energia eólica, de rápido desenvolvimento no Brasil, em especial no Nordeste. Energia fotovoltaica ocupou amplo espaço. Os biocombustíveis, com a liderança do Brasil, há décadas com o etanol de cana de açúcar, o primeiro produto a receber uma remuneração adicional, CBIOS, créditos de descarbonização com base na eficiência energético-ambiental da produção. Mais recentemente o etanol de milho, agora o de etanol de segunda geração, de biomassa. O biodiesel de soja, com perspectivas de outros produtos. O biometano. Novas tecnologias para combustíveis de aviação e transporte marítimo. O potencial do hidrogênio verde.

Petróleo, gás natural e carvão, formados pela decomposição de organismos vivos soterrados há milhões de anos, sob altas pressões e temperaturas na crosta terrestre, transformando matéria orgânica em combustíveis. A energia está pronta. Falta trazer para a superfície, e no caso do petróleo, seu fracionamento em diversos produtos de aplicações diferenciadas.

O combustível de biomassa é considerado neutro em carbono, as emissões liberadas durante a queima são equivalentes ao absorvido pelas plantas durante seu crescimento. A questão é o estoque na forma das vegetações existentes. O desmatamento, sem reflorestamento, é emissor de GEE. No caso do Brasil, é a maior fonte de emissões. Ocorre na sua maior parte de forma ilegal. É inaceitável a pouca prioridade dos poderes públicos no enfrentamento do desmatamento, antes de tudo pela obrigação do Brasil ser cumpridor das Leis. Manejo sustentável e preservação da biodiversidade e dos ecossistemas representam importantes desafios a serem enfrentados.

Biocombustível produz energia com fotossíntese, água, terra, mão de obra e ainda muito investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Os fósseis é extrair a produzida há milhões de anos. Sem intervenções de mercado, tipo tributos, subsídios, limites, obrigações de sequestro de carbono, fica difícil a transição energética. Intervenções considerando a necessidade de emitir menos gases efeito estufa, responsáveis pelo agravamento climático, procurando a sustentabilidade.

Enfrentamos hoje a concorrência do diesel do petróleo com o biodiesel da soja. As misturas determinadas por lei não são cumpridas. O etanol e a gasolina, hoje mistura de gasolina de petróleo com percentual de etanol, tem tributação diferenciada. Não estamos conseguindo avançar além do mercado interno. O caso da queda de preço da placa fotovoltaica é único.

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/os-custos-das-mudancas-energeticas.ghtml> Acessado em 31.03.2025

² Presidente da Sociedade Rural Brasileira e secretário do Ministério da Agricultura e Pecuária.

O sequestro de carbono representa o oposto das emissões de gases dos combustíveis fósseis. Os valores por tonelada de carbono obtidos no mercado são baixos. O amplo território do Brasil, disponível para significativas operações de sequestro de carbono, não é aproveitado. Significativo potencial perdido, em momento de crise climática. Também aqui é importante existir intervenções que limitem, encareçam, promovam ou obriguem as trocas de emissões por sequestro, reduzindo os GEE na atmosfera.

A atual ciência comprova a relação entre o agravamento climático e o aumento de GEE na atmosfera. A prioridade precisa ser enfrentar as causas. Existem outras ações relevantes, adaptação e mitigação dos efeitos do novo clima e apoio financeiro dos países ricos, maiores responsáveis pelas emissões, para que os de menor desenvolvimento possam enfrentar as pressões do novo clima. São ações para enfrentar as consequências que as emissões de GEE provocam ao clima.

Sem intervenções coletivas não estamos conseguindo. Os custos dos desastres climáticos são altos e recaem sobre a sociedade de maneira desigual e desequilibrada. Precisamos de políticas públicas que encareçam ou limitem os combustíveis fósseis viabilizando os investimentos necessários nas energias renováveis, bem como nas ações de sequestro de carbono, o contraponto.

Belém precisa criar uma compatibilização entre as diversas iniciativas. Um acordo que permita a comparação, indo além dos números das NDCs. Assumir compromissos entre muitos, onde o avanço de um leve a pressão aos demais. Uma construção de apoios que sinalize o caminho

Ações coletivas em todos, pois inexitem barreiras políticas para gases na atmosfera. Políticas mesmo distintas, que reduzam emissões, assumindo o compromisso de zerar no futuro próximo. Foi esse o importante avanço do Acordo de Paris. Obrigatoriamente precisa ser revisitado agora em Belém. É preciso avançar no obtido dez anos atras, sempre tratando das causas, as emissões de GEE.

NDC, do inglês Nationally Determined Contribution, refere-se ao plano de ação climática de cada país para reduzir as emissões de GEE. Estas contribuições são revisadas para aumentar a ambição e garantir que os países estejam alinhados com os objetivos. Não são todos os países que têm apresentado suas NDC. O Global Stocktake (GST) é a avaliação do progresso dos países na implementação das metas. Essencial uma análise avaliando quem está ficando para trás.

Cientistas informam que não estamos fazendo o suficiente. Os custos sociais serão imensos. Avançar em Belém precisa ser criar maiores compromissos entre todos, visando NDCs ambiciosas e realistas. Hoje as metas são apresentadas de maneira individual por país, como cada um, realizando o que entende poder realizar, da maneira que pode. Uns tributam os combustíveis fósseis. Outros criam limites setoriais criando obrigações de redução ou compensação de emissões. Existem aqueles que subsidiam as inovações visando a redução das emissões. Os que pretendem criar barreiras impedindo que o esforço nacional seja erodido pela entrada de produto originário dos países que insistem em ignorar o risco das emissões.

Belém precisa criar uma compatibilização entre as diversas iniciativas. Um acordo que permita a comparação indo além dos números finais das NDC. Assumir compromissos entre muitos, onde o avanço de um, ou de alguns, leve a pressão aos demais. Uma construção de apoios que sinalize o caminho. Um acordo que compatibilize as políticas públicas desenvolvidas no sentido de atender os compromissos do Acordo de Paris.

O essencial é avançar no enfrentamento das causas, as emissões de GEE. Não podemos nos satisfazer com debates e mesmo acordos que somente tratem das consequências. O custo social das causas é inaceitável.